

nacional

Mário Soares em Braga

Eleições para as autarquias deveriam ter sido as primeiras

A descentralização das vidas política e económica nacionais e a integração de Portugal na Europa, foram os temas focados pelo Primeiro-Ministro Mário Soares, num discurso de improviso proferido na Câmara Municipal de Braga, onde esteve na manhã de ontem, domingo.

Começou o Primeiro-Ministro por invocar os laços pessoais e familiares que o ligam à cidade de Braga, após o que acentuou que a sua viagem ao Norte do país e a realização do Conselho de Ministros no Porto não obedecem a intenções demagógicas. «Nós entendemos que o país não é só Lisboa e que, portanto, o Governo não deve estar centrado somente com os problemas de Lisboa, deve circular, deve sensibilizar-se em relação aos problemas das diferentes regiões do país e, ao mesmo tempo, deve sensibilizar as diferentes regiões do país para a problemática do próprio Governo» — precisaria Mário Soares.

Em seguida o Primeiro-Ministro falou do empenho na construção dum novo país «no respeito da liberdade e dos valores da pessoa humana», o qual possa vir a integrar-se na Euro-

pa. Realçou a propósito, que as velhas tradições da cidade de Braga a tornaram «particularmente adaptada para compreender esse grande projecto que é o nosso de integrar Portugal na Europa».

Depois de referir que Portugal está a caminho de esquecer a «página das glórias e das misérias coloniais passadas» — Mário Soares indicou, de novo, o horizonte europeu como o único dentro do qual, se poderá construir um «país novo, onde os portugueses, e sobretudo os mais jovens, possam viver com um nível de vida muito superior àquelas que nós próprios tivemos».

O Primeiro-Ministro debruçou-se, seguidamente, sobre as eleições para as autarquias locais, que «deveriam ter sido, talvez, as primeiras eleições a realizar neste país (...) depois da revolução libertadora do 25 de Abril» afirmando que estas eleições «vão ser, como as outras, integralmente livres e sérias». Mário Soares sublinhou, que «o poder político vai ser devolvido às localidades e vão ser os municípios que vão eleger livremente, aquelas figuras que querem, legiti-

tivamente o governem a nível local».

No entanto, o Primeiro-Ministro ressalvou que «não basta, naturalmente, que o poder político seja devolvido às localidades». «É necessário — disse, indicando que era esta a orientação do Governo — que também seja o poder económico, a capacidade dos Municípios de se autogerirem, arrecadando as suas próprias receitas».

Recordando que o actual código administrativo em vigor, que data de 1940, é «obsoleto», Mário Soares, informou que o seu Governo irá, através da Assembleia da República, elaborar um novo diploma que regulamente e defina valorizando-as, as funções dos Municípios. A propósito deste novo código, insistiu em que, do mesmo modo que a independência política, seja concedida a independência económica aos Municípios, de maneira a que as suas receitas e as do Estado sejam mais equilibradas e a sua repartição mais equitativa.

Focou igualmente a constituição de gabinetes técnicos a que as Câmaras possam recorrer, a fim de se realizar «um trabalho

mais profundo».

Mário Soares centrou depois, a sua intervenção sobre a cidade de Braga, onde — disse — verificou «condições espantosas» para o seu desenvolvimento progressivo e da região. «A cidade está voltada para o futuro e há um impulso de progresso que se sente pulsar nesta terra que é presente canalizar, orientar e acarinhar» — acrescentou o Primeiro-Ministro — adiantando que a nova municipalidade assim o deverá fazer.

Por outro lado, o chefe do Governo mostrou-se satisfeito com as concepções que têm norteador a política administrativa da região, que são as de «aumentar o progresso material» e «desenvolver a qualidade da vida».

«Terminando a sua alocução, Mário Soares referiu que não vinha para distribuir benesses, mas para se informar dos problemas e aspirações da região, de modo a poder, na medida do possível, a integrá-las e canalizá-las dentro do plano de todo o país.

O Primeiro-Ministro afirmou ainda que o Governo está pronto para «uma cooperação na igualdade e no respeito mútuo entre o poder central e local».

O preço do petróleo e o alarmismo

por Eurico da Fonseca

Perante a possibilidade de os preços do petróleo virem a ser aumentados, levantam-se desde já entre nós as maiores especulações. Afirma-se, nomeadamente, que isso implicará um aumento de 4 milhões de contos nas nossas importações. Fala-se da indispensabilidade da adopção de restrições severas ao consumo dos combustíveis e volta-se até a advogar a construção da central nuclear, como «única defesa possível», «extremamente atrasada devido à oposição política de certos sectores nacionais».

Haverá razões que justifiquem tal alarme? A verdade é que todos os anos os países da O.P.E.P. anunciam a sua intenção de aumentar os preços do petróleo e por norma decidem esse aumento. Começam por pedir muito e acabam por aceitar pouco. O que está agora a acontecer foi o mesmo que aconteceu nos fins de 1975. Então, após muitas palavras e poucos actos, assentou-se em que o aumento não iria além de 10 por cento. Depois disso, concordou-se em que se procederia a ele em duas fases: a primeira seria imediata, de 5 por cento; a segunda deveria iniciar-se no princípio de 1976, com a aplicação dos restantes 5 por cento. Mas não chegou a ser aplicada. Os países consumidores fizeram saber que estavam dispostos a restringir o consumo e os produtores estavam ainda bem recordados do que lhes acontecera entre 1974 e 75, quando as compras haviam descido ao ponto de tornar inactiva a terça parte da frota petroléira mundial e alguns países viram as suas vendas (e os seus rendimentos) descerem de 75 por cento. Além disso, os países industrializados notaram que os aumentos dos preços do petróleo teriam uma influência composta no aumento dos preços dos produtos manufacturados, de modo que a situação dos produtores, longe de melhorar, pioraria.

Além disso, e como o próprio Xá notou, os aumentos sucessivos dos preços do petróleo, mesmo tendo em conta a inflação, tornavam cada vez mais acessíveis as energias de substituição e, particularmente, o recurso aos xistos betuminosos. E nem todos os aumentos dos produtos manufacturados eram devidos à inflação. As importações dos países produtores de petróleo (nomeadamente dos árabes) eram (e são) essencialmente constituídas por produtos agrícolas, maquinaria, armamento e (agora) centrais nucleares. O preço dos produtos agrícolas, provenientes de países em que a agricultura está profundamente mecanizada e depende fortemente de fertilizantes químicos, depende directamente do custo do petróleo. O preço da maquinaria — mecânica ou electrónica — depende do preço da energia e logo do preço do petróleo. O mesmo acontece com o armamento, cujo preço é ainda agravado pelo recurso constante a soluções mais sofisticadas. E as centrais nucleares, além de terem também o seu custo dependente do preço da energia clássica, mostraram-se demasiado inseguras e necessitaram de novos e mais dispendiosos sistemas de protecção. O preço das centrais que o Xá desejava adquirir triplicou em pouco mais de um ano, mas isso aconteceu pelas razões indicadas e porque se reconheceu a necessidade de uma protecção especial, anti-sísmica.

Os produtores do petróleo sabem também que, ao aumentar os preços, actuam contra si próprios. É a chamada «política do bumerangue». Tal como acontece com a arma dos árabes — quando não esbarram em alguém e provocam uma catástrofe — o que de resto, ainda não aconteceu — voltam às mãos de quem os lançou. Entretanto, em 1976 houve um facto novo. Os países consumidores fizeram as suas reservas e isso teve por consequência um aparente aumento de consumo. Os produtores jogam com esse facto, afirmam que as suas recomendações quanto à poupança não foram escutadas e que, se o consumo continuar a crescer à razão de 4 por cento ao ano, as reservas estarão esgotadas dentro de 40 anos. Portanto, os produtores precisam de uma compensação. Já.

É o mesmo argumento de 1973, mas as suas bases não têm a solidez de então. Como se disse, o aumento do consumo foi aparente. Além disso, os Estados Unidos adoptaram já medidas drásticas quanto ao consumo de gasolina. O Acto de Energia assinado pelo presidente Ford em 22 de Dezembro de 1975 estabeleceu que o consumo máximo «de todos os automóveis produzidos nos EUA», a partir de 1978, inclusive, deverá ser de 13,8 litros/100 km., ou seja cerca de metade do actual. O limite será baixado progressivamente, até que em 1985 será de 9 litros! Além disso, esse limite não é considerado como um máximo aplicável somente aos carros de maior preço e maior potência, mas sim à média dos consumos de toda a gama de modelos de cada fabricante, e por cada 4 decilitros de gasolina que ele seja excedido, o fabricante terá de pagar uma multa de 5 dólares multiplicada pelo número de carros produzidos, o que, para as companhias como a GM, a Ford e a Chrysler, representa um total de mais de 25 milhões de dólares!

Alguns construtores, como a Ford, admitem desde já a possibilidade de virem a abandonar a gasolina e o motor de explosão, adoptando o motor de combustão externa do tipo Stirling, que pode consumir qualquer espécie de combustível e tem um rendimento superior. De qualquer maneira, o consumo actual de gasolina por parte dos automóveis americanos, que é da ordem dos 240 milhões de toneladas, deve voltar dentro de muitos poucos anos ao nível de 1967, ou seja a cerca de metade do valor actual, e por volta de 1990 deve estar reduzido a cerca de 70 milhões de toneladas, ou seja ao nível dos anos 50.

Claro que esses números poderão servir de argumento àqueles que, entre nós, continuam a pensar que tudo quanto importa fazer, no caso do aumento do preço do petróleo, é aumentar o preço da gasolina e restringir o seu consumo. Mas Portugal, com um consumo anual de 660 mil toneladas de gasolina, não pode de modo algum comparar-se a um país que consome, 363 vezes mais. A gasolina que consumimos, além de ser, quase toda ela, um subproduto da destilação a que o petróleo tem de ser submetido, para satisfazer necessidades inevitáveis, representa apenas 12 por cento do consumo total (e uma boa parte dela é absorvida pela aviação e pelos usos militares e oficiais). Se de facto houvesse um aumento do preço do petróleo, da ordem dos 25%, isso significaria um aumento de 88 centavos por kg., ou seja cerca de 55 centavos por litro. Não seria o consumo da gasolina que iria desequilibrar a nossa balança de pagamentos, nem seriam as restrições a esse consumo que a iriam equilibrar, uma vez que a diferença não iria além dos 580 mil contos.

PPD-PSD

Apresentados os candidatos do distrito de Lisboa

Realizou-se no sábado, no pavilhão dos congressos do Estoril, a reunião dos candidatos que encaixam as listas do Partido Social-Democrata aos órgãos das autarquias locais do distrito de Lisboa.

Os trabalhos contaram com a presença de delegações das 98 freguesias concorrentes, mais as de Lisboa, sendo a mesa orientada pelo vice-presidente do PPD/PSD, dr. Sousa Franco, que se encontrava ladeado por Helena Roseta, Costa Rebelo, Pinto da Silva e António Capucho.

Ao contrário do que fora anunciado, não compareceu o presidente do PPD/PSD, Sá Carneiro, que partiria para o Porto.

O dr. Sousa Franco informou que «o objectivo da reunião, como muitas outras que têm decorrido de modo a cobrir os vários distritos do país, visa a troca de impressões entre os diversos

candidatos acerca da estratégia e tática eleitoral que começa brevemente».

Após ter referido que a reunião teve a «intenção de acertar agulhas entre os diversos candidatos locais do partido sobre a importância que decorrerá num momento especialmente delicado na vida do país», o vice-presidente do Partido Social-Democrata salientou que viera à reunião para «ouvir opiniões e não para ser ouvido».

A terminar, e acerca da ausência do dr. Sá Carneiro, Sousa Franco informou que «houve diversas alterações na deslocação de elementos da comissão política nacional, apenas por razões pessoais e profissionais».

Por seu turno, o dr. António Capucho, director-geral para a implantação do partido, revelou que «o Partido Social-Democrata concorre a noventa e cinco por cento das freguesias do

distrito de Lisboa e a todos os órgãos municipais».

Entretanto, foram revelados os nomes dos candidatos a presidentes das câmaras municipais do distrito de Lisboa que são, nomeadamente: Helena Roseta, Lisboa; dr. Nuno Vilaça de Sousa, Sintra; dr. Jorge Correia da Cunha, Oeiras; dr. Teixeira Bastos, Cascais; Manuel Alves, Alenquer; Raposo Dias, Arruda dos Vinhos; Eduardo Caldeira,

Azambuja; Horácio dos Santos, Cadaval; Júlio Coelho, Loures; Rafael Afonso, Mafra; Valle Serra, Sobral de Monteagudo; João Ribeiro, Torres Vedras; e Manuel Marques, Vila Franca de Xira.

À Câmara Municipal de Lisboa, além da candidata a presidente Helena Roseta, concorre, ainda, a vice-presidente, o dr. Nandim de Carvalho.

JS de Lisboa contra o bombismo

O Secretariado da Juventude Socialista da Grande Lisboa emitiu um comunicado através do qual apela para uma participação maciça de jovens e trabalhadores num comício contra o bombismo organizado por alguns sindicatos

e marcado para o próximo dia 24 em Lisboa.

Aquela organização da JS exige no seu comunicado a «prisão imediata, julgamento e severa punição de todos os pides e bombistas, a dissolução da actual Comissão de Extinção da PIDE/DGS e constituição para aquele efeito de uma nova comissão formada por elementos civis, reconhecidos anti-fascistas sob o controlo da Assembleia da República».

O Secretariado da Juventude Socialista para a Grande Lisboa protesta ainda contra a proibição que atingiu o seu «meeting» que esteve marcado para o passado dia 18, considerando a atitude do Governo Civil de Lisboa «incompreensível e inaceitável».

«Em nome da democracia — afirma-se naquele documento — proibiu-se um «meeting» de defesa das liberdades e da democracia contra os seus mais encarniçados inimigos».

E conclui-se: «É apoiada na escandalosa libertação arbitrária dos pides, bombistas e legionários, no não julgamento dos fautores de golpes de Estado que a reacção fascista tenta avançar, que a direita como a CAP, o CDS e o PPD procuram bater as conquistas da revolução».



para

**MARSÉLHA — LIVORNO —
MARINA DI CARRARA e GÉNOVA
n/m «ORSOLA» em 29 do Corrente**

OS AGENTES GERAIS:



SOCIEDADE COMERCIAL
OREY, ANTUNES S. A. R. L.
Praça Duque da Terceira, 4 - Tel. 36 60 56 / 36 22 66
Lisboa 2 Portugal
END. TELEG. ANTUNITA, TELEX 12181-OREY P.
APARTADO 2233

nacional

António Barreto na TV

«Aumentar a produção é solução prioritária»

Aumentar a produção interna, é a solução apontada como prioritária, pelo nosso Governo, para diminuir as importações de produtos essenciais de que o País carece. Este ano, as importações de produtos para a alimentação somaram 23 milhões de contos, e para o ano, o Governo prevê já um dispêndio de cerca de 29 milhões de contos. No final de 1976, o custo de vida e os preços em geral terão aumentado mais de 20 por cento. Para impedir que esse aumento se continue a verificar nos próximos anos, «o governo tem que estar atento a esta situação, e está-lo-á; está desde hoje já preocupado e vai tentar colocar todos os instrumentos necessários e os mecanismos para impedir um aumento do custo de vida tão significativo» frisou o dr. António Barreto, numa alocução transmitida pela rádio e pela Televisão, ao abordar a problemática dos abastecimentos e do aumento do custo de vida e dos preços. Os saldos negativos acumulados e crescentes da nossa balança de pagamentos têm obrigado o Governo a recorrer aos empréstimos externos, que têm sido concedidos a Portugal.

«No entanto, não podemos exagerar nos empréstimos — observou o dr. António Barreto — os empréstimos vêm aumentar a nossa dependência do estrangeiro e quer isso dizer que dos produtos alimentares que nós produzimos depende a independência nacional».

O dr. António Barreto, na qualidade apenas de ministro do Comércio, já que, ocupando também a pasta da Agricultura e Pescas, referiu que fará, uma outra alocução para se ocupar dos problemas da política agrícola e da Reforma Agrária, abordou depois, na sua alocução, as razões dos saldos negativos da nossa balança de pagamentos com o exterior.

Apontou a falta de produção, com «decréscimos absolutos para a maior parte dos produtos alimentares que produzimos em Portugal», como sejam os cereais, excepto o trigo, este ano. Por outro lado, a desvalorização do escudo, que faz com que, com

o mesmo dinheiro se possam comprar menos produtos, acrescentando ainda o aumento que as matérias primas têm registado.

O aumento da população em Portugal, com os refugiados e a baixa da taxa de emigração, provocou também uma carencia maior de produtos alimentares nos últimos dois anos. Em muitos sectores há mais pessoas a trabalhar, produzindo aproximadamente o mesmo o que provoca uma diminuição de produtividade «per capita». O aumento da capacidade de compra da maior parte dos portugueses, nomeadamente nas grandes áreas metropolitanas, fez com que cada um hoje em dia consuma mais alimentos do que há, dois ou três anos. Uma seca prolongada no nosso país foi também a causadora de uma baixa substancial da produção de muitos produtos alimentares, especialmente no tocante ao arroz, milho e batata. O aumento dos salários em muitos sectores «nalguns casos espectacular» tem vindo também a criar problemas nos preços, porque para poder suportar esses aumentos, normalmente é preciso fazer repercutir nos preços finais dos produtos industriais e agrícolas, e mesmo dos serviços, como é o caso dos transportes e da água.

O ministro do Comércio e Turismo denunciou «um certo aproveitamento político que, partidos, forças ou pessoas, fazem deste fenómeno dos preços, da falta de abastecimento, e mesmo das estatísticas da produção, e o caso dos cereais é um caso flagrante de aproveitamento político, independentemente das cores políticas desse aproveitamento». O dr. António Barreto abordou alguns casos concretos que neste campo têm afectado, mais ou menos, todos os portugueses.

O nosso País importou este ano três milhões de contos de bacalhau, estando no entanto garantido o fornecimento desse produto até ao Natal, pois o governo destinou para a sua importação mais um milhão de contos, ou seja o equivalente a dez mil toneladas, que serão totalmente consumidas em dois meses.



A pesca tem igualmente decrescido, o que fez aumentar consideravelmente os preços do peixe. A Secretaria de Estado das Pescas tem agora, como função prioritária, melhorar os meios de captura do pescado. A carne, que também tem faltado, registou uma importação de três milhões de contos para o consumo nacional. Por outro lado a produção interna também baixou de 1974 até hoje. Para a alimentação do gado e para a confecção de rações, o nosso país importará sete milhões e 700 mil contos de milho e sorgo até ao final deste ano, registando-se uma baixa alarmante na produção interna de milho: de 490 mil toneladas em 1974 passou para 395.000 este ano, ou seja, menos cem mil toneladas de milho produzidos em Portugal sublinhou o ministro.

TRIGO: ESTATÍSTICAS APROVEITADAS POLITICAMENTE

Passando ao trigo, uma «questão que tem vindo a estar tão controversa e tão discutida», o dr. António Barreto verberou a «politicização das estatísticas» condenando-a simplesmente: «inventaram-se números deliberadamente para atacar ou para defender certas realizações políticas nacionais, os que se dizem grandes amigos da Reforma Agrária prestaram um péssimo serviço à Reforma Agrária, pois que ao exagerar, ao prometerem para cima de um milhão de toneladas de trigo, provocaram um sentimento oposto». A produção foi de facto menor, e «houve reacções exactamente opostas, de condenação da Reforma Agrária».

No entanto, o ano foi excepcional para o trigo, registando-se uma muito boa produção: 680 mil toneladas de produção total estimada, e 582 mil toneladas no total do trigo recolhido pelo Instituto de Cereais. Mas apesar desta melhoria na produção interna, foram necessários cerca de um milhão e meio de contos para a importação de trigo para o pão e as massas alimentícias.

Ainda relacionado com o trigo, foi denunciado que há bichos nos celeiros. Sobre tal assunto o dr. António Barreto in-

formou que, após uma investigação pormenorizada, só foram encontrados bichos num pequeno celeiro em Alcácer do Sal, em trigo importado para semente, e que seriam tomadas providências imediatas.

Quando ao pão, não serão atendidas reivindicações que levem a um aumento do seu preço, pois «o Governo não pode admitir que se vá aumentar ainda mais, os subsídios que o estado tem dado, com o Tesouro na situação em que ele está agora».

O Ministro do Comércio apelou para a colaboração dos consumidores e para a seriedade dos comerciantes, e salientou: «o Estado intervirá na vida comercial, tanto mais quanto maiores foram as distorções, os desvios, as fraudes, as sabotagens anti-económicas».

O governo vai lançar no próximo ano infra-estruturas ligadas ao comércio: grandes estruturas frigoríficas para a carne em Lisboa, Porto, Coimbra, Faro, Beja e Funchal e mais quatro dezenas de câmaras frigoríficas de apoio, sobretudo nas vilas e nas localidades do interior, tornando realidade a rede do frio em Portugal.

Para o peixe, vão ser construídos quatro grandes entrepostos frigoríficos, dos quais dois já estão em construção, assim como mais oito instalações de apoio à pesca. No que diz respeito a mercados abastecedores, está em construção o do Porto, o do Funchal acaba de ser adjudicado, e em Lisboa está em projecto e em 1977 o governo vai construir um grande mercado abastecedor moderno nos arredores da capital, o mercado abastecedor do Algarve está em estudo e espera-se que passe à fase do projecto ainda no próximo ano.

Serão construídos silos, prevenindo-se um aumento da capacidade dos silos em 1977 de cerca de 100 mil toneladas. O ministro do Comércio apontou o associativismo como um meio de se poderem regularizar os circuitos comerciais e lutar contra o aumento dos preços, incentivando à criação de cooperativas de produção e de consumo, como meio de se obstar à carestia de vida.

Apelou para a poupança, no sentido de se evitarem os desperdícios, tanto nos circuitos de comercialização como em casa de cada um, acrescentando que o «Governo está optimista» e que até ao fim do ano que vem «nós vamos conseguir criar os mecanismos de distribuição, os circuitos comerciais racionais a uma boa relação política com todos os sectores ligados ao comércio, para impedir que se continue a processar um aumento descontrolado do custo de vida», e apelou também para os sectores políticos e imprensa, para que quando tratarem destes assuntos, se intirem da verdade, informando que o seu ministério dispõe agora de um gabinete com essa finalidade.

Autarquias locais

Actuação de delegados às mesas de voto

Sobre a actuação de delegados às mesas de voto para as eleições para as autarquias locais, distribuiu o Ministério da Administração Interna o seguinte comunicado:

«Tem vindo o Ministério da Administração Interna, através do Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais (STAPE) a chamar a atenção, nos seus últimos comunicados, para a importância que assume a designação dos delegados das listas as secções de voto, quer porque lhes cabem funções de fiscalização a exercer no acto da votação propriamente dito, quer ainda pela sua actuação imediata na escolha dos membros das mesas das assembleias de voto.

De facto são os delegados das listas apresentadas a eleição e que foram indicados aos presidentes das comissões administrativas municipais e administradores de bairro até ao dia 19 de Novembro, que, em reunião a realizar em cada junta de freguesia entre os dias 20 e 22 de Novembro, escolherão os membros das várias mesas (5 por cada uma) indicando os lugares que cada um irá desempenhar (presi-

dente suplente secretário e escrutinadores) devendo ainda essa escolha ser imediatamente comunicada à autoridade municipal através do respectivo presidente da comissão administrativa da freguesia.

No caso de os delegados não chegarem a acordo sobre algum ou alguns dos lugares de membros de mesas deverão propor, ao presidente da comissão administrativa municipal ou ao administrador de bairro, dois eleitores por cada lugar que faltar preencher, procedendo-se, de seguida a sorteio para suprir aquelas faltas. Se os delegados não propuserem nomes suficientes então competirá à autoridade municipal respectiva nomear pessoas para os lugares ainda vagos. Este é, em traços gerais, o processo de escolha dos eleitores que irão dirigir as operações eleitorais, em cada local de voto, no dia 12 de Dezembro.

Convém ainda referir que na legislação reguladora do presente processo eleitoral se prevê, para os membros das mesas, a dispensa de comparência ao respectivo emprego ou serviço no dia seguinte ao da eleição.»

O preço do petróleo e o alarmismo

(Continuação da pág. 7)

A diferença poderia, contudo, ser sensível nos transportes públicos, considerando que eles são os maiores consumidores de gasóleo, e que, curiosamente, no nosso País o consumo de gasóleo é quase o dobro do da gasolina. A despesa aumentaria em cerca de um milhão de contos e basta essa perspectiva para mostrar quanto imprudente é a actual política de promoção dos transportes públicos a todo o custo, sem qualquer espécie de racionalização e saneamento. Mas em qualquer caso importa perguntar se existe qualquer possibilidade de o aumento — a verificar-se — alcançar os 25 por cento e representar «4 milhões de contos» de sobrecarga nas nossas importações.

O primeiro facto a notar é que, em tal cálculo, se cai mais uma vez no erro de supor que as nossas importações de petróleo, em 1976, andaram pelos 17 milhões de contos. Ora a verdade é que esse número foi apressada e demagogicamente apresentado a partir das importações no 1.º trimestre, ignorando a necessidade que aí houve de proceder à reconstituição das reservas. O valor real das importações de petróleo e seus derivados não foi além dos 13 milhões e meio de contos e, tanto quanto se saiba, 25 por cento de tal quantia são 3.375 milhões de contos, e não 4. Além disso, e como já se disse, nada faz crer que o aumento, se na verdade o houver, alcance os 25 por cento. E por boa razão: os países que propuseram valores mais altos são os que menos pesam no mercado e são até os que se têm mostrado mais avessos a uma política comum, pois têm sempre ignorado as deliberações da O.P.E.P., oferecendo descontos discretos mas substanciais.

É essa a face real do problema. A influência directa dos preços nominais do petróleo, para os pequenos consumidores que nós somos, tem muito pouca importância, já porque os aumentos não incidem precisamente sobre os preços que os países consumidores pagam, mas sobre os de base, já porque os preços verdadeiros dependem dos acordos feitos entre governos, e que, em muitos casos, assentam em trocas ou em conveniências políticas ou financeiras. Poucas pessoas sabem, por exemplo, que numa ocasião em que o Iraque estava a praticar preços dos mais baixos no mercado mundial, ignorámos esse fornecedor para irmos adquirir à URSS petróleo a preços mais altos que a média. A variação de preços reais, conseguidos através de tais acordos, excede de muito os 10 por cento de que agora se fala. E a desvalorização do escudo teve efeitos superiores aos próprios 25 por cento que tanto alarme estão a provocar. Note-se que gastámos menos combustíveis em 1975 que em 1976 — e tivemos de pagar (em escudos) muito mais.

Curioso é, também, que se continue a pensar que a energia nuclear podia ser a solução do nosso problema energético, e se afirma que ela está «extremamente demorada» devido a pressões políticas. A verdade — que muita gente já conhece (e, pelos vistos, o próprio Governo reconheceu) é que a construção de uma central, segundo concepções técnicas ultrapassadas, não teria na nossa produção de energia um impacto proporcional aos investimentos a fazer, e consumiria em menos de 20 anos todas as nossas reservas de urânio. Melhor é esperar pelo desenvolvimento das novas técnicas, tanto mais que elas estão a entrar no domínio prático. Mas, para além disso, não é menos curioso notar que continuamos apegados à convicção de que só a energia — e logo o petróleo, e logo a gasolina — (como disse não há muito um ministro), são os únicos sectores em que qualquer aumento decidido pela O.P.E.P. pode ter reflexos, e, em que portanto importa actuar. Não é nada disso. O aumento, se o houver, incidirá sobre muitos outros produtos, sobre muitas matérias-primas. Não poderá ser enfrentado com limitações de velocidade, ou com proibições de circulação dos automóveis particulares, com restrições à iluminação pública e outras medidas de meia-tijela. Haverá que ir muito mais além nas modificações dos hábitos de consumo: E, necessariamente, nos hábitos (e vícios) de produção.

SUPP-HOSE PANTY

Lave e confortável com meias e collants SUPP-HOSE. Experimente ELBEO Supp-Hose Panty ou o collant elástico COMPRESSANA. Contenção e elasticidade. Aconselhadas para todos os casos clínicos e deficiências de circulação.

Descanse... com meias descanso ELBEO — Supp-Hose

Fomento Luso Alemão

ELBEO SUPP-HOSE

Bacalhau chegou a Aveiro

O navio de pesca «Avé Maria», da Empresa de Pesca Lavradores, atracou ao cais da Gafanha da Nazaré, com um carregamento de cerca de seis mil quintais de bacalhau, capturado em cinco meses de safra piscatória.

jornal novo